

Benedicto Montenegro

In memoriam

Benedicto Ferri de Barros

Longo caminho me levou até ele, mas procurei percorrer rápida e sumariamente esses antecedentes.

Formado em Ciências Sociais na USP, fui convidado para professor assistente de Política. Lecionei por um ano, mas infenso ao ambiente ideológico que ali se formava, saí. Por um anúncio de jornal candidatei-me a um cargo em Departamento de Estudos Econômicos de um Banco recém fundado por Orozimbo Octávio Roxo Loureiro — O BNI. Loureiro era um homem genial. Em menos de 10 anos, com suas inovações, revolucionara as práticas bancárias de São Paulo e com a CNI — subsidiária do Banco — grande parte da paisagem arquitetônica do centro paulistano. Devido a sua atividade pioneira e criadora, o Departamento de Estudos, que vim a chefiar, tinha pano de sobra para ampliar suas mangas. Não era brincadeira acompanhá-lo e esse Departamento estava metido em todas. Alguma coisa tinha que dar o prego. Meu estômago começou a reclamar.

E é aqui que entra minha história com o médico Benedicto Montenegro. O Professor Benedicto Montenegro, presidente do BNI, era um gastro-enterologista clínico e operador de renome mundial. Pedi-lhe uma consulta. Atendeu-me prontamente. Submeteu-me a longa anamnese e após minuciosos exames de praxe, sentamo-nos, ele passou a escrever e me deu extensa lista de remédios. Em seguida me disse:

— *Barros, conheço seu trabalho. Mas ocupação não mata ninguém. O que mata é preocupação. Você tem todos os sintomas de estar caminhando para uma úlcera gástrica. Pode continuar trabalhando como faz. E se aprender a se despreocupar, nem precisa essa remediada toda. Jogue a lista fora.*

Fiz o recomendado, observando e copiando Loureiro, que com uma atividade e responsabilidade muito superiores à minha estava em plena forma, sempre sorrindo e descontraído.

Benedicto Montenegro foi um tipo de médico cuja produção as condições atuais tornam-se cada vez mais difíceis. Não me refiro ao fato dele ser um luminar da medicina. Refiro-me às condições gerais que hoje presidem à formação dos médicos e ao exercício de sua profissão. O pragmatismo superou o humanismo na formação não só dos médicos, mas dos homens em geral. O homem doente foi convertido em um cliente. A medicina pessoal, absorvida pela medicina empresarial, foi monetizada. Esse fato, somado à expansão socialista imposta pela política, levou à degradação dos honorários profissionais a um nível mesquinho. A especialização pretendida e prematuramente cultivada, mudou o médico de um sacerdote da saúde em um técnico de áreas. E por aí vieram outros descaminhos que os profissionais conhecem melhor do que eu.

Parece que a anamnese saiu da moda. E o “olho clínico” também. Tudo somado às causas socioculturais apontadas acima, a conduta-padrão do médico atual é a de, após um contato sumário com o “cliente”, solicitar uma bateria de exames e só depois pensar em um diagnóstico. Se isso for insuficiente ou não der certo, encaminhar o “impaciente” para a ciranda dos especialistas até que um deles “acerte na mosca”, isto é, seja capaz de identificar a doença.

Essa caricatura esquemática da prática atual da medicina não eliminou, felizmente, a tradição sacerdotal que a dignifica nem a vocação dos que nascem para ser seus sacerdotes. Exceções humanistas maravilhosas que apenas confirmam a regra de um mundo dominado pelo especialismo tecnicista e argentário.

Benedicto Ferri de Barros
Escritor

O Amor Primeiro

José Altino Machado

Deitado de bruços na relva úmida, rente ao córrego de águas frias convidativas, ele sentia a brisa e o frescor da manhã. O sol aquecia seu corpo nu e bronzeado. Afundando a mão repetidas vezes na água, ele molhou a cabeça e a nuca, para afugentar o sono matutino.

Virou-se de costas, protegendo os olhos da claridade solar com uma das mãos e, com a outra, sem se levantar, arrancou saboroso talo de pequeno arbusto próximo, levando-o à boca e mastigando-o. O céu estava límpido, várias tonalidades de azul e dourado o coloriam. O verde da vegetação ao redor resplandecia, chovera à noite.

Ele passou a mão pelos cabelos compridos, cofiou o bigode espesso, alisou a longa barba, coçou o peito peludo e desceu a mão até o abdômen; levantou-se, pois sentiu necessidade. Pulou dentro da água corrente e aliviou-se. Depois nadou para bem longe, subindo a tênue correnteza, chegando a uma pequena queda d'água, na qual se banhou demoradamente.

O baque da cachoeira no seu corpo ativava a circulação; ele gostava da massagem e se deliciava no banho, após o qual sentia-se revigorado.

Voltou para a terra, quebrou um fino galho de árvore, desfolhou-o para usá-lo como arpão e entrou novamente no rio; com água pelos joelhos, físgou um peixe prateado. Limpou-o, abrindo-o com os polegares e retirou com habilidade as espinhas, cautelosa e calmamente comeu-o inteiro. Satisfeito, deitou-se novamente, permanecendo quieto a ouvir os pássaros canoros, a melodia harmoniosa o encantava. Ele tentava imitá-los, mas o assobio se distanciava dos trinados...

Passado algum tempo, saiu andando a esmo, em meio à vegetação exuberante, povoada de animais diversos, mansos e inofensivos. Conforme lhe apetecesse, ou quando tinha fome, apanhava aqui e acolá uma fruta para comer. Havia as suculentas, polpudas, com bagos, de gomos, de espécies variadas. O arvoredado frutífero era farto e apetitoso; ele servia-se à vontade, sem qualquer limitação de alguma espécie.

Teve vontade de correr e saiu em disparada, percorrendo grande distância, até se cansar. Avistou um lago ao longe e dirigiu-se às suas margens, entrou e, com água até os joelhos, se deteve ainda ofegante da carreira. Sua figura refletiu-se na água, ele gostou do que viu: era grande, peitos largos, peito bem desenvolvido. Não dava para ver as pernas na água, mas sabia-as longas e fortes. Comparava-se com os macacos maiores, eram menores que ele; presumia-se, pois, bem alto. Apenas os ursos grandes o ultrapassavam, quando

em pé. Sentiu vaidade, achou-se bonito, talvez o mais bonito ser daquele cenário feérico e paradisíaco. Era o único que andava apoiado em apenas dois membros, exceto as aves e os macacões, os demais andavam de quatro. Isso o envaidecia, embora não atinasse o porquê.

Conseguia imitar os sons diversificados que os animais emitiam: o berro, o ronco, o balido, o urro, o latido, o miado, o silvo, o uivo, o cacarejo, o canto e até a tétrica risada da feroz hiena. Notou o sucesso do que fazia, era comum o animal imitado responder à imitação. Orgulhava-se de que nenhum o imitasse, salvo umas poucas e pequenas aves, verdes, em grosseira e risível imitação. Ele falava e isto lhe dava sentido de superioridade. É certo que falava sozinho, para ninguém naquele ermo; apenas o eco repetia sua fala.

Incontáveis vezes testemunhou o acasalamento dos bichos, comum e repetido. Neste particular, ele sentia-se inferiorizado; seu amor era solitário.

É certo que amava a natureza, o céu e as estrelas, a lua, notadamente a lua cheia, enorme e gorda. Amava as árvores, a água, tudo ao seu redor.

Vivia, porém, num tédio imenso e sentia que algo lhe faltava; era incompleto, solitário. Nas noites escuras, forte nostalgia o assaltava, de nada valia apalpar-se, acariciar-se. A falta era aguda, cruciante e incoercível, embora indefinida. Tinha necessidade de algo que não conseguia identificar. Debatia-se insone, mudava de posição inúmeras vezes e muitas manhãs o surpreenderam sem ter conseguido um instante sequer de repouso, sem ter dormido. Noites sucessivas foi perseguido por sonhos estranhos: outro vulto aparecia, como se alguém inimaginável soubesse de sua carência; e ele tentava alcançar o vulto, em vão.

Certa noite, inquieto, sentiu dolorosa físgada no lado direito do tórax.

A partir daquele momento, passou a ter a curiosa sensação de estar sendo espiado. Nessas ocasiões, virava-se para todos os lados, à procura de algo; nada encontrava. A sensação persistia: estava sendo espionado por alguém; algo novo que não conhecia.

Certa feita teve a nítida impressão de vislumbrar um vulto em meio à vegetação e correu na direção onde deveria estar o vulto suspeitado. Nada encontrou. Aos poucos se foi tranquilizando, achando que tudo deveria ser consequência de seu estado de espírito; estava apenas tendo miragens.

Numa radiosa manhã, ao despertar, deparou-se com o vulto ao seu lado, de pé, olhando-o. Ambos encaravam-se naturalmente, como se já se conhecessem.

O vulto era de altura média, cabelos longos caindo pelos ombros, olhos claros, ligeiramente juntos, nariz levemente adunco, boca pequena e sorridente. O corpo nu diferenciava-se do dele: duas saliências rotundas com bicos no peito, quadris largos e arredondados, pelos púbicos em forma triangular, com a omissão do apêndice que ele trazia. O corpo, o rosto e os membros eram absolutamente lisos, sem pêlos — foi o que mais lhe chamou a atenção. O vulto era belo e de imediato o agradou.

Num gesto natural, ele estendeu a mão; o vulto a apanhou. Ele a puxou e o vulto deitou-se; ficaram lado a lado, longo tempo, mirando-se silentes e curiosos. Sentiam a respiração um do outro; olhavam-se e passaram a se tocar. Ele acarinhou seus cabelos sedosos, sua boca molhada, sua pele macia; ela tocou sua barba, sua pele dura, seus músculos rijos. Ele acariciou-lhe os seios, o abdômen, as coxas. Ela correu a mão pelo tórax, braços e pernas. Foram se conhecendo pelo tato, em seguida pelo olfato; passaram a cheirar-se mutuamente. A seguir, ele lambeu o rosto dela; ela fez-lhe o mesmo; era a forma que acharam de se comunicar. Ele levantou-se, ela o imitou. Deram-se as mãos e andaram pelo campo aberto, vendo animais e plantas que ele conhecia e lhe mostrava. Isso durou três dias e três noites.

Ele passou a fregar dois peixes em vez de apenas um; a levá-la para o banho na cachoeira; a colher duas frutas de cada vez — uma para ele, outra para ela.

Tudo se transformou na vida dele. Tinha companhia, findara a angústia. Compartilhava com ela a comida, os passeios, o luar, o brilho das estrelas, o frescor das chuvas, o canto dos pássaros, o nascer e o pôr-do-sol.

Dormiam achegados, de mãos dadas. Varavam a noite, o sono se normalizara.

No quarto dia ele falou:

— Que bom você ter vindo. Eu a esperava há muito tempo.

— Vim para você. Ficarei para sempre.

— Você completou o firmamento. Aprimorou-o, embelezando-o.

— Para mim, você é o firmamento — disse ela. Sinto sua força, seu poder, sua proteção.

— Eu era incompleto, imperfeito, apenas metade. Com você, sou um todo — aduziu ele.

— O mesmo se dá comigo. Fui feita metade, a sua metade. Vim para completá-lo, completando-me. Repararam que ele tinha o que a ela faltava. E o que ele tinha enrijeceu-se e foi penetrando, até o fundo... Minutos após o orgasmo recíproco, adormeceram nos braços um do outro.

Ao acordarem, lembraram-se do ocorrido.

— Sentiu? — ele indagou.

— Sim e gostei — respondeu ela.

— Gostei por igual.

Ele não mais tinha inveja dos animais que se acasalavam. Seu amor agora era a dois.

Tudo se renovou na noite seguinte, na seguinte e na seguinte. No sétimo dia, ele tornou a falar:

— Teríamos feito algo que não devíamos?

— Acho que não — ela respondeu. Se vim foi também para isso. Sou sua metade. Completamo-nos com o amor que fizemos. E foi tão bom...

— Os animais o fazem costumeiramente — observou ele.

— Estão agindo como lhes manda a natureza. Fomos impelidos no mesmo sentido — ponderou ela.

— E foi tão bom. Façamo-lo novamente, querida.

— Pois venha, meu amor.

* * *

Enrodilhada em um dos altos galhos da árvore repleta de frutas vermelhas, a maldosa serpente verde com manchas marrons a tudo assistiu, sob a luz do luar, olhos arregalados e boca trancada para não ser percebida, morrendo de inveja ante a beleza do ato de amor do casal deitado na relva, ao pé da árvore. Jamais vira algo tão bonito no gênero. No seu caso, a coisa era insossa, monótona e quase instantânea. Absolutamente sem graça, nada bom como eles disseram. Ela admirou-se do uso dos braços, das mãos, das palavras de amor, dos beijos e dos demais atos, sobretudo dos gozos, que desconhecia, pois jamais os sentira.

Indignada, lembrou-se de que a fruta da árvore em que estava era tida como proibida aos animais e, mesmo sem saber o porquê, todos a evitavam, temerosos de eventual castigo. Então lhe veio a malévola idéia e ela rapidamente agiu, enquanto o casal ainda permanecia deitado e abraçado na relva, sob a macieira; com os afiados dentes, cortou o fino e pequenino filete que prendia a fruta, e esta caiu precisamente ao alcance da mão do homem.

Inadvertidamente, pois devia saber da fama de proibida, ele a pegou, deu uma mordida tirando um pedaço que, com a boca, passou para a boca da mulher, num delicioso, doce e demorado beijo, que se repetiu até que a maçã foi inteiramente comida pelo casal de amantes: Adão e Eva!

José Altino Machado
da Academia Paulista de Letras

Reflexões sobre o início da vida humana

Guido Arturo Palomba

Assiste a humanidade a uma revolução na Medicina de tal ordem que pode ser chamada a terceira grande conquista terapêutica.

A primeira relaciona-se à descoberta dos antibióticos; a segunda, à das vacinas, e hoje, à da terapia pelas células-tronco, que têm potência para se tornar tecidos específicos.

As melhores células-tronco são as embrionárias, aquelas que resultam da fusão do óvulo com o espermatozóide, pois são pluripotentes e, por isso, podem formar qualquer tecido do corpo. A Igreja Católica condena o seu uso para fins terapêuticos ou experimentais, sob o argumento de que a vida humana começa na fecundação, quando se forma o zigoto. Para a Igreja, Deus insufla a *anima nobili* no momento da fecundação. No entanto, a ciência diverge, pois o zigoto não tem *anima nobili* em ato (potência ativa), nem poderia ter, uma vez que, para a sua existência, é necessário, no mínimo, os primeiros rudimentos do sistema nervoso, os quais somente surgem dias após a fecundação, com o embrião em fase de gastrulação, ou seja, no zigoto não há *vida humana em potência ativa*, nem na sua mais primitiva forma.

O óvulo fecundado passa por algumas fases até iniciar os primeiros momentos do sistema nervoso. Antes desse ponto evolutivo não há possibilidade de *anima nobili* em ato, só em *potência passiva*, que é a capacidade que o ser possui de sofrer a ação, não de praticá-la. Como a matéria (viva ou inerte) não tem capacidade para gerar alma humana, o sopro divino se dá quando a matéria passa a ter essa potência ativa, ou seja, quando passa a existir em ato, e isso acontece somente com o início da formação do sistema nervoso.

Que é a alma humana (dos seus primórdios à plenitude) senão o entender e o determinar-se em funcionamento? E como são possíveis essas qualidades humanas, ainda que no seu mais primitivo e instintivo estágio de desenvolvimento e ação sem, ao menos, um início de sistema nervoso? São Tomás de Aquino ensina que corpo e alma (soma e psique) são duas substâncias diferentes, mas que, no ser, formam uma substância una, ainda que composta,

a ponto de não haver nenhuma operação somática, por mais simples que seja, que não tenha algo de anímico, psíquico, e nenhuma operação mental, anímica, até as mais elaboradas, que não tenha algo de orgânico. Se corpo e alma estão unidos, se a ontogênese reproduz abreviadamente a filogênese, se para ter *anima nobili* é preciso sistema nervoso, que é exatamente quando a potência passiva torna-se potência ativa, é então esse o momento em que Deus insufla a alma humana no corpo. Daí em diante, amalgamados, viverão até que a morte os separe novamente.

Não é que na célula embrionária, antes do início da formação do sistema nervoso, não haja vida. Há, mas sem *potência ativa* para *anima nobili*, da mesma forma que o espermatozóide e o óvulo, antes da fecundação, são entes vivos e apenas com *potência passiva*. Dizer que a *anima nobili* é insuflada por Deus no momento da fecundação, ou seja, existe em ato no zigoto, é o mesmo que admitir a sua existência em espermatozóides e em óvulos. Consequentemente, os dois últimos também precisariam ser protegidos legal e religiosamente, pelo menos da mesma forma que os zigotos o são.

O espermatozóide, o óvulo e o zigoto são inespecíficos, têm *potência passiva* para um dia tornarem-se seres humanos, mas somente se Deus quiser. O uso de células humanas fecundadas, até a gastrulação, não parece ferir os princípios católicos, pois pode-se argumentar, com segurança, que são potências passivas sem quaisquer possibilidades de *anima nobili* em atividade, ainda não são vidas humanas em estágio inicial; no entanto, poderão ser grandes aliadas do homem para a prática do bem da cura.

Guido Arturo Palomba
psiquiatra forense

Papagaio de pirata (Conto médico-policial)

Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak

O doutor tem o hábito de dizer que em sua trajetória de vida viu e conheceu quase tudo. Exagera, logicamente. E mais uma vez precisou reconhecer que deve ser mais cauteloso, pois um novo fato demonstrou isso, porquanto um amigo pediu para ele prestar atenção em determinada pessoa representativa de papagaio de pirata, esmerada no sentido de cumprir seu objetivo máximo: expor-se, aparecer bastante e ser muito notada pela comunidade.

Papagaio é ave conhecida por meio de múltiplas modalidades, tais como caboclo, campeiro, curraleiro-de-serra, de-coleira, do-mangue, do-peito-roxo, grego e poaleiro. Contudo, a de pirata não está citada em compêndios didáticos, científicos ou nas enciclopédias. Deriva de adaptação de figura tradicionalmente divulgada, na qual pirata safado tem o bicho em um dos ombros, tapa-olho e gancho no lugar de mão perdida, a propósito das imagens mais completas. O malandro é chefe em barcos que assaltam outros para roubar e matar, contando com tripulação formada por bandidos. Sucede, porém, que o papagaio no ombro passou a servir para caracterizar indivíduos que se aproximam e ficam em posição apropriada a fim de serem notados, sobretudo em solenidades, eventos de variados tipos e documentações em fotografias e televisionamentos, por exemplo.

O papagaio de pirata que o doutor foi aconselhado a observar exercia atividades em órgão público para o qual vinham figurões, freqüentemente vinculados à política. O nome do personagem era Osmino Albuquerque e como estava sempre elegante e perfumado recebeu o apelido de Chanel.

Para agir, o OA efetuou treinamento. Entre outras manobras, gostava de ônibus, aproveitando também para dar bulinadas ou esfregadas nas mulheres, de comícios e de lugares para competições esportivas, logicamente quando predominavam aglomerações. Foi então ficando habilidoso no encostar o queixo em ombros.

Desejava desesperadamente ser conhecido de modo amplo para facilitar a ocupação de cargo pleno de notoriedade, mormente em contextos governamentais. De fato, ocasionalmente já chegara a ser reconhecido em festas, reuniões sociais e entre alguns grupos do povão.

Procurava preferencialmente o ombro e, se viável, o direito. Entretanto, para não perder oportunidades, contentava-se em ficar ao lado, atrás ou na frente. A finalidade era estar em foco.

Tudo corria bem. O plano funcionava satisfatoriamente, inclusive com presteza. Não convinha mudar nada, e uma etapa avançada de sucesso chegaria.

É imprescindível relatar uma peripécia elogiável e capaz de causar orgulho. Papagaios de pirata existem no mundo todo, sem a dimensão atingida pelo OA, é claro. A relevância chamou a atenção de dirigente do Guinness Book, que chegou a programar vinda ao Brasil para obter detalhes e documentar o fenômeno. Essa história para o País, acreditemos, ainda será oficializada.

Ficou claro a boa evolução do plano. No entanto, como dizia nosso amigo Plínio Marcos, brilhante dramaturgo brasileiro, sempre surge um porém. Desfecho inesperado encerrou a trajetória programada.

Uma grande figura foi à repartição em que o OA exercia atividades para cumprir entendimento político, estando muito visado na época, com expressiva visibilidade na mídia. Possuía inimigos e opositores ferrenhos. Ao sair do prédio tinha o queixo do bem acomodado no ombro. Ouviu-se forte barulho e, imediatamente, o papagaio de pirata caiu. Logo percebeu-se que estava morto. Gritaria, confusão, emoção e medo. Seguranças do manganão trataram de protegê-lo. O OA recebeu um tiro no meio da testa. O autor, provavelmente atirador de elite não identificado, errou o alvo. A cabeça visada era outra.

O doutor, como curioso observador do competente papagaio de pirata, conheceu algo novo, mas jamais imaginou final tão trágico.

Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak
Médicos e professores universitários

O "Triunvirato"

Célio Debes

Resumo: Legislação vigorante desde 1770, estabelecia a forma como, durante a vacância do cargo, os Governadores e Capitães-Generais deveriam ser substituídos. Por desconhece-la, escritores atribuíam a substituição ocorrida em São Paulo, em 1822, à nomeação do Príncipe Regente, denominando *Triunvirato* o grupo de três autoridades que, em conjunto, exerceriam a substituição.

Tornou-se conhecido por "Triunvirato" o governo da Capitania de São Paulo, integrado pelo Bispo D. Mateus de Abreu Pereira, pelo Ouvidor da Comarca da Capital, Dr. José Corrêa Pacheco e Silva, e pelo Marechal de Campo Cândido Xavier de Almeida e Souza. Investido em suas funções a 10 de setembro de 1822, exerceu-as até 9 de janeiro do ano seguinte, quando foi empossado o Governo Provisório, eleito na conformidade do decreto do Príncipe Regente D. Pedro, de 25 de junho de 1822.

Tentando explicar as origens do governo constituído pelas três personalidades citadas, grande número de historiadores o considera como de escolha do futuro Imperador.

Assim é que Eugênio Egas, em sua importante *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, escreve, a propósito do prelado que, "por ocasião da chegada do Príncipe Regente a São Paulo, a 24 de agosto de 1822 [o correto é 25], D. Mateus recebeu-o como todas as honras, debaixo do pátio, na rua do Carmo, alto da ladeira do mesmo nome, por onde chegou o Príncipe. A figura veneranda comoveu o Príncipe, que ainda mais o distinguiu, quando soube que D. Mateus era ardoroso amigo da causa brasileira. Era natural, portanto, que, *ao organizar* o Primeiro Governo Provisório de S. Paulo, após a proclamação da Independência, o Príncipe *incluísse* seu nome na lista do triunvirato" (grifo nosso).

De igual modo, alude aos dois outros "triúnviro".

Do Ouvidor, diz que, sendo ele magistrado em São Paulo, onde se achava no dia da proclamação da Independência, "foi, então, *escolhido* para membro do governo provisório".

No tocante ao militar, assevera que ele "tomou parte ativa nos acontecimentos políticos que precederam e que seguiram-se à proclamação da Independência e por seu valor militar e dedicação à causa do Brasil, *foi nomeado* por D. Pedro I [sic] membro do Governo Provisório" (grifo nosso).

Afonso de Taunay, em *História de Cidade de São Paulo sob o Império*, consigna que "já a 25 de junho de 1822 mandara o Príncipe expedir Carta Régia com as *nomeações* dos membros do novo Governo Provisório da Província. Dele fariam

parte do Bispo Diocesano D. Mateus de Abreu Pereira, o Ouvidor Geral interino da Comarca de S. Paulo, José Corrêa Pacheco e Silva, e o Marechal de Campo Cândido Xavier de Almeida e Souza".

Além da questão das nomeações, o historiador laborou num equívoco. O documento que menciona não era uma Carta Régia, mas, sim, um Decreto. Esse ato cogitava a criação de "um Governo Provisório, de eleição popular na Província de S. Paulo", que, aliás, depois de escolhido, veio exatamente a suceder ao "Triunvirato". Aquele colegiado, escolhido por meio de sufrágio, esteava-se no Decreto da Cortes de Lisboa, de 21 de setembro de 1821.

Já o governo constituído pelas três autoridades decorreu de Decreto de 9 de setembro de 1822. Neste ato, dispôs o regente que "devendo Eu partir para a Corte, por assim exigirem as medidas, que Sou obrigado a tomar a bem do Brasil; e tendo cessado o governo desta por Meu Real Decreto de 25 de junho do ano corrente. Hei por bem determinar que as autoridades que sucediam na falta dos Capitães-Generais, fiquem encarregadas do Governo desta Província, como ordena o Alvará de 12 de setembro de 1770, até a instalação da junta Provisória da Província que Mandei eleger" (grifo nosso).

O Alvará citado, que é de dezembro, e não de setembro, dispunha, na redação da época, que "todas as vezes que acontecer faltar qualquer dos sobreditos Vice-Reis, Governadores e Capitães-Generais das sobreditas Capitânicas, ou o Governador delas, ou seja por causa de morte, ou de ausência dilatada do distrito das mesmas Capitânicas, ou por outro qualquer acontecimento, que requeira pronta e providência sobre a Sucessão do mesmo Governo: sucedam, e entrem nele o Bispo da Diocese, e na sua falta o Deão; o Chanceler da Relação; o Oficial de Guerra de Maior Patente, ou o que for mais antigo na igualdade delas. Nas Capitânicas, em que não houver Bispo, substituirá este lugar o Ouvidor da Comarca, entrando o Vereador mais antigo; e assim e da mesma sorte deverá executar-se naquelas Capitânicas, em que não houver Chanceler, entrando em seu lugar o Ouvidor".

Estava então institucionalizada a forma de substituição das autoridades administrativas de alto grau.

A propósito do exercício de mando pelos substitutos dos Governadores Capitães-Generais, dispunha o aludido alvará que "todos os acima nomeados Me servirão de comum acordo com o mesmo Poder, Jurisdição e Alçada, que competem aos Governadores e Capitães-Generais das ditas Capitânicas, e mais Governadores delas. [...] vos Mando a todos em geral, e a cada um em particular, que receba

por meus Capitães-mores, e Governadores dessas partes aos sobreditos, quando sucedam os referidos casos; e lhes cumprais seus mandatos inteiramente, assim com a Meus Capitães-mores sois obrigados a fazer, sem a isso pordes dúvida ou embargo algum”.

A prolixidade e o detalhamento desse Alvará objetivavam elidir qualquer dúvida ou disputa com os membros do colegiado substituto da autoridade administrativa efetiva. Isso, que poderia parecer um excesso, constituía, na verdade, uma providência salutar, atentando-se para a distância em que o Rei se achava de seus súditos, principalmente, os residentes nos domínios de ultramar.

Com esse escopo, previa, ainda, a possibilidade de nem todos os componentes do órgão acharem-se presentes na Capitania, na ocasião em que deveriam assumir suas funções. Em hipótese tal, os que nela se encontrassem, ainda que um apenas, exerceriam o poder pleno. E, “vindo uma das ditas pessoas primeiro, governarão ambas até vir a outra”. Ocorrendo divergência entre esses dois dirigentes, a questão seria confiada ao “Ministro de letras de maior graduação, que lhes ficar mais próximo; e, na falta dele, o Provedor de Minha Real Fazenda; e na falta deste, o Vereador da Câmara mais antigo”. Os poderes de seus substitutos cessavam, de pronto, à chegada do novo Governador e Capitão-General.

Essa particularização, que poderia ser considerada excessiva, na verdade, espelha a preocupação em evitar que o governo local ficasse acéfalo. Os legisladores de antanho podiam ser acoimados de tudo, menos de imprevidentes...

Diante dos termos do Alvará e do Decreto do Príncipe Regente, este não nomeou nenhum componente do trio que assumiu o governo de São Paulo em setembro de 1822. A escolha se seus integrantes, havia mais de cinquenta anos, estava fixada por disposição legal. O que D. Pedro fez foi determinar, na conformidade do Alvará de 1770, que os titulares dos cargos que ela indicava, assumissem o poder, como substitutos, em conjunto do Governador — a essa altura, não mais Capitão-General, designação extinta por decreto da Corte de Lisboa, de 1º de outubro de 1821.

Merecem considerações algumas passagens que atribuem ao Príncipe a nomeação dos que integraram o órgão temporário, erroneamente denominado “Triunvirato”, bem como as razões apontadas para as pretensas escolhas.

O desconhecimento da ordem jurídica, que regia o Estado português, e o descaso que se dava às leis, como elementos gerador de fatos históricos, ou seja, como fonte primária, acabou levando a conclusões desavisadas e fantasiosas. Dessa forma, inventou-se a nomeação dos que, por força da legislação vigente, assumiram, como substitutos, o governo vacante.

Da mesma forma, criaram-se imaginosos motivos para que o Príncipe desse preferência aos que vieram a integrar o governo interino.

Ao Bispo, por exemplo, a dignidade foi concedida porque recebera D. Pedro “com todas as honras, debaixo do pátio”. Olvidou-se que tal procedimento era mezinha regra protocolar, cuja realização se impunha, em honra do herdeiro do trono! Ademais, a “figura veneranda” do antístite, em si, não seria, como não era, razão de Estado para uma eventual nomeação...

Além disso, é de recordar-se que D. Mateus já havia, mais de uma vez, ocupado cargo idêntico, com um magistrado e um chefe militar, substituindo os Governadores e Capitães-Generais Antônio José de França e Horta e D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde Palma (VASCONCELOS, Vasco Smith de. *História da Província Eclesiástica de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1957. p. 57), respectivamente, em 1811 e 1817.

Quanto ao Ouvidor, melhor teria sido que não se aventasse um motivo para sua “escolha” e, ao fazê-lo, não se poderia pecar mais gravemente: estar na cidade no dia da proclamação de Independência!

No tocante ao militar, a distinção decorreria do fato de ter tomado “parte ativa nos acontecimentos políticos que precederam e que seguiram-se” ao brado do Ipiranga. Essa participação, em eventos ocorridos depois do gesto arrebatador verificado às “margens plácidas”, atribui ao futuro Imperador dons divinatórios.

Na nomenclatura oficial, desconhece-se a denominação *Triunvirato*, atribuída às três autoridades (eclesiástica, civil e militar) que substituíram, em sua vacância, a chefia do Governo da Capitania.

A coincidência numérica dos componentes desse pequeno colegiado talvez tenha feito buscar símile na História de Roma.

A inadvertência de uns levou à criação imaginosa do *Triunvirato* e de sua constituição por nomeação do Príncipe Regente, e o comodismo de outros conduziu à repetição impensada dos mesmos e clamorosos enganos, para não dizer erros. Ao mesmo tempo, a História tornou-se reputada ficção para alguns literatos que se aventuravam a escrever a respeito...

Célio Debes
Advogado e Escritor

A Palavra Inútil

Hudson Hubner França

Minha palavra é muda.
Para dizer o que sinto
em nada, nada, me ajuda.
Se falo de sentimento,
tanto faz
tristeza, alegria,
não tem a menor valia.
Nunca tenho a palavra que o diga.

Por isso,
sem querer minto
sempre que fala a alma
mesmo se a fala é calma,
mesmo em conversa amiga.

Verão, 2007

Será?

Sérgio Guimarães

E se o universo, afinal,
Que está em expansão,
Não for mais do que um elétron
De um átomo de ligação
Na cadeia de aminoácidos
De uma certa proteína,
Da membrana de uma célula,
Que está ali, tão pequenina,
Formando a mucosa retal
(lugar mais sem segurança!)
De um ser que pode ser
Nossa imagem e semelhança?

Analogias em Medicina (n.15)

Bicada de cegonha, mancha salmão e vinho do Porto – Os angio-
mas e ectasias vasculares (angiodisplasias) da pele são muito
comuns, normalmente, observados ao nascimento pelas
próprias mães (“marcas de nascença”). Uma das ectasias
mais frequentes é um tipo de nevo telangiectásico – capi-
lares dérmicos dilatados – que ocorre em 30% a 40% de
todos os recém-nascidos e conhecido como *mancha salmão*
(ingl. *salmon patch*), devido a sua cor róseo-opaca ou emba-
çada. Apresenta-se como mácula plana na nuca, glabella,
fronte, pálpebras superiores e região naso-labial. O salmão,
grande peixe da família dos salmonídeos e que vive nas
águas costeiras do Atlântico setentrional, tem carne rosada. O
nevo telangiectásico, quando localizado na nuca, é também
chamado de *bicada de cegonha* (ingl. *the peck of a stork*), pois,
segundo a lenda popular, os bebês são, carinhosamente,
sustentados e carregados pela nuca por meio do longo bico
da cegonha antes de serem entregues às suas mães. A man-
cha salmão e a bicada de cegonha esmaecem gradualmente
e tendem a desaparecer no 1º/2º ano de vida.

Outra ectasia vascular do tipo permanente é o nevo
flâmeeo ou *mancha de vinho do Porto* (ingl. *Portwine stain*), mais
comum na face, unilateral, solitário ou múltiplo e que se
deve à dilatação e ao aumento do número de capilares
dérmicos. Tem cor vinhosa, vermelho-escuro ou púrpura,
semelhante à do vinho do Porto. Este é um vinho genero-
so, isto é, de qualidade superior, com graduação alcoólica
elevada e que se bebe fora das refeições ou à sobremesa,
sendo o produto mais famoso da conhecida cidade de
Portugal. O exemplo mais notável dessa anomalia vascular
é aquela vista na região frontal do ex-dirigente soviético
Mikhail Gorbachev.

José de Souza Andrade Filho
Professor de Anatomia Patológica da
Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Ivan de Melo Araújo – **Diretor Adjunto:** Guido Arturo Palomba

Conselho Cultural: Duílio Crispim Farina [presidente (*in memoriam*)] – Celso Carlos de Campos Guerra
José Roberto de Souza Baratella – Rubens Sergio Góes – Rui Telles Pereira

Cinemateca: Wimer Botura Júnior – **Pinacoteca:** Aldir Mendes de Souza (*in memoriam*)

Museu de História da Medicina: Jorge Michalany – **Coordenação Musical:** Dartiu Xavier da Silveira

O Suplemento Cultural somente publica matérias assinadas, as quais não são de responsabilidade da Associação Paulista de Medicina.